Proletários de todos os países, uní-vos!

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

INTRÉPIDOS LUTADORES DO POVO

Imbuidos do mais puro sentimento de amor e dedicados de corpo e alma à causa da liberdade e da justiça, grupos guerrilheiros combatem e vigilam, há mais de cinco meses, na selva amazônica. Sem temer o aparato bélico dos generais fascistas contra eles mobilizado, dão provas de despreendimento, valentia e audácia. Não medem sacrifícios nem fogem à fadiga para cumprir seus deveres de patriótas e democratas. Comportam-se como verdadeiros heróis do povo brasileiro. Nas réfregas com os soldados da ditadura, representam a honra e a dignidade da nação, submetida a um infame regime policial-militar.

Os governantes procuram impedir a divulgação do feito glorioso dos moradores de São João e Conceição do Araguaia. Impuseram férrea censura à imprensa. Mas pouco a pouco, os fatos são revelados e ganham dimensão sempre maiores. Repercutem fortemente nas cidades e povoados ribeirinhos do Araguaia e Tocantins. Começam a ecoar nas escolas, nas fábricas e quartéis das grandes cidades. Chegam ao Nordeste, castigado pela seca e pela fome. Em toda parte, despertam o entusiasmo popular.

Preocupados com a resistência que se desenvolve e consolida no sul do Pará, os militares investem estupidamente contra as massas da região e adotam medidas repressivas extremadas. A toque de caixa constroem quartéis para instalar cinco novos batalhões do Exército nas cidades de Imperatriz, Marabá, Itaituba, Altamira e Humaitá. O de Marabá já entrou em funcionamento. Os soldados são utilisados para o patrulhamento da Transamazônica e para realizar tarefas de polícia na identificação de colonos e na detenção de suspeitos. Os generais preparam, também, para meados de setembro, vasta manobra anti-guerrilheira que se estanderá de Xambioá até Araguatins, na margem direita do Araguaia. Dessa manobra participarão tropas do Exército, subordinadas ao Comando do Planalto, e efetivos da Polícia Militar de Goiás, com o apoio aéreo da FAB. Trata-se de medida destinada a atemorizar os moradores dessa área, em geral, pessoas pobres que vivem do trabalho na roça e simpatizam com a luta de seus irmãos da outra margem do rio. A manobra visa, igualmente, a acobertar a concentração de forças que os generais levam a efeito nessa região, onde instalaram o posto de comando da luta contra as guerrilhas do sul paraense.

(Continua na 2a. página)

LEIA, na 3ª página:

O POVO CONQUISTARÁ A VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA

(Artigo sobre o sesquicentenário da emancipação política do Brasil)

Nº 68 Setembro de 1972 Ano IX

Intrépidos Lutadores do Povo (Continuação da 1ª página)

Mas os generais não alcançarão seus objetivos. Salta à vista que eles não conseguiram e nem conseguirão esmagar os guerrilheiros. Acostumados a prender, torturar e assasinar jóvens indefesos nas cidades, revelam-se impotentes diante da bravura dos grupos armados que operam no interior. Sofrem grave revés, pondo a nú toda a sua fraqueza. Esta reside, fundamentalmente, na injustiça da causa que perseguem, no sistema liberticida que implantaram no país.

O povo brasileiro não aceita a tirania, não se conforma com o regime de caserna imposto à nação. Lutará por todos os meios para derrubar a ditadura. Por isso mesmo, apoiará e sustentará resolutamente os intrépidos combatentes do Araguaia, seus melhores filhos, que indicam o caminho da ação armada e da unidade para alcançar a vitória.

IMPRENSA ESTRANGEIRA NOTICIA A LUTA ARMADA NO PARÁ

Continua repercutindo no exterior a luta armada que se desenrola no sul do Pará.

"Nacion" e "Presencia", do Chile, publicaram reportagens sobre os acontecimentos verificados em abril no município de São João do Araguaia, destacando a combatividade dos moradores locais que empunharam armas para resistir à agressão da ditadura.

A agência européia "Liberation", em seu boletim internacional, divulgou novas informações acerca das ações armadas no Brasil.

Também o jornal "Bashkimi", orgão dos sindicatos albaneses, deu notícias da resistência popular na região do Araguaia e teceu comentário político, ressaltando a importância dessa resistência, ao mesmo tempo que fez votos pelo seu completo êxito.

OUÇA, E ACONSELHE SEUS AMIGOS A OUVIR, DIARIAMENTE, EM PORTUGUÊS:

RÁDIO TIRANA - Emissões de 1 hora de duração:

- Às 20:00 e 22:00 hs. - Ondas curtas de 31 e 42 m

Emissões de meia hora de duração:

- Às 4:00 e 18:30 hs. - Ondas curtas de 31 e 49 m
- Às 7:00 hs. - Ondas curtas de 25 e 31 m

RÁDIO PEQUIM - Emissões de 1 hora de duração:

- Às 19:00 hs. - Ondas curtas de 25, 30, 41 e 48 m
- Às 21:00 hs. - Ondas curtas de 19, 30 e 32 m

~~~~~~~~~~~~~~~~
~~~~~~~~~~~~~~~~

O POVO CONQUISTARÁ A VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA

A nação brasileira celebra o sesquicentenário de sua independência política num dos momentos mais difíceis de sua história. Submetido a uma ditadura militar fascista, o Brasil torna-se dia a dia mais dependente, vê seu futuro ameaçado pelo imperialismo norte-americano e seus males sociais agravados pelo reacionarismo e a traição das classes dominantes. O povo brasileiro acha-se numa situação penosa. Vive faminto, espoliado, na ignorância e sem direitos. Em seu coração, porém, arde mais forte do que nunca a chama da liberdade. Sua consciência nacional é mais elevada. Não suportará indefinidamente a tutela estrangeira nem aceitará que permaneçam intocados os privilégios da minoria exploradora e opressora.

Os generais fascistas estão promovendo custosa campanha de mentiras para ludibriar o povo. Procuram apresentar-se como patriotas e autênticos autores do progresso nacional. Propalam que o feito da proclamação da independência foi obra da elite dirigente da época. Impingem Pedro I como o fundador do Estado Nacional. Trouxeram de Portugal para serem reverenciados os ossos do Imperador, carrasco de muitos patriotas. Tentam incutir a idéia de que os militares continuam a luta pela independência quando, na realidade, são uns farsantes, serviçais dos piores inimigos da pátria e do povo.

Ao comemorar o evento, as forças patrióticas e democraticas, especialmente os comunistas, compreendem que sua missão principal consiste em desmascarar o pseudo patriotismo das classes dominantes; em salientar as lutas do povo, estudar suas experiências e honrar a memória dos que se sacrificaram pela pátria; em prosseguir no combate pela conquista da verdadeira independência como a mais nobre, urgente e revolucionária tarefa de nossos dias.

I

A proclamação da independência e a fundação do Estado Nacional brasileiro, em 1822, resultaram de um cruento e doloroso processo de lutas e vicissitudes. Seu maior artífice foi o povo. Cabe-lhe o principal mérito pela vitória da causa autonomista.

Sem dúvida, os senhores rurais e escravistas, assim como os grandes negociantes, jogaram determinado papel no movimento da emancipação política. Eram parte integrante da nação. Suas forças políticas comcertaram as medidas e entabularam os acordos que culminaram na proclamação da independência, imprimindo-lhe algumas de suas singularidades. Este papel teve sua lógica.

Se bem que as nações sejam uma categoria histórica da época do capitalismo, disto não se deve concluir que todas, obrigatoriamente, tenham de surgir sob a égide ou a direção da burgesia. O exemplo do Brasil é ilustrativo. A nação brasileira não podia despontar desde logo como nação tipicamente burgesa. Nascida sob o signo do capitalismo mercantil ascendente, este transmitiu-lhe, desde os albores da colonização, certas particularidades que foram salientadas pelas revoluções burguesas dos fins do século XVIII. Os traços do Brasil, como nação se desenvolveram progressivamente, foram criações das massas, fruto de seu trabalho, de sua inteligência, de suas lutas.

O sentimento nativista brasileiro já aflorara na guerra contra os holandeses, quando se aliaram os interesses de várias classes em defesa da terra, do que nela havia sido construído. No período na mineração do ouro, as manifestações daquele sentimento se tornaram mais ressonantes. Em 1720, Felipe dos Santos, ao morrer esquartejado por insurgir-se contra a prepotência do jugo colonial, concitava o "patriotismo dos brasileiros" a esmagar o "domínio da canalha do rei".

A decadente metrópole portuguesa empenhou-se desesperadamente em abafar quaisquer germes ou sonho de emancipação dos brasileiros. Providenciou a ampliação de suas forças armadas e o reforçamento do poder público. Proibiu as atividades manufatureiras que tomavam inpulso e ordenou a destruição da incipiente indústria. Estabe

leceu rigorosos limites e controles para o Distrito Diamantino. Cominou penas severissimas para os que formassem associações secretas ou ilegais e para os que se dedicassem à impressão e divulgação escrita. Manteve o povo em completo obscurantismo. Os raros letrados ou eram portugueses de origem ou filhos da colônia que iam estudar em Portugal. E para não deixar dúvidas de seus propósitos, a coroa reprimiu selvagemente as menores demonstrações em favor da autonomia, a fim de escarmentar e aterrorizar todos os que quizessem libertar o Brasil.

Não obstante, quanto mais a metrópole tentava impor seu jugo, tanto mais este se tornava intolerável. A dominação colonial aparecia como o maior obstáculo ao avanço da economia brasileira, às aspirações da gente da terra à liberdade e à cultura. Nos fins do século XVIII e no inicio do XIX, os aspectos essenciais da nação já haviam adquirido nítida configuração. O território se expandira, fora quase todo demarcado. A lingua portuguese se transformara no idioma predominante, num fator aglutinante de primeira ordem. Tanto a economia como as comunicações haviam atingido certo grau de desenvolvimento. As primeiras criações culturais revelaram uma psicologia comum. Afora as tribos indígenas, a população considerada brasileira chegara à casa dos quatroa milhões. Destes, mais de um terço eram escravos negros. A parte restante constituía-se de trabalhadores semi-escravos das fazendas de gado, de reduzido número de trabalhadores livres e artesões, de pequenos proprietários rurais e comerciantes, de funcionários públicos, soldados e intelectuais. A classes dominantes formavam uma fração diminuta de senhores rurais e escravistas e de grandes negóciantes.

Cada ves mais convencido da necessidade de romper o monopólio comercial e sacudir o sanguinário domínio colonial português, e influenciado pelas idéias triunfantes do movimento de independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa de 1789, o povo brasileiro inicia a luta pela emncipação nacional. Nesse ano, os inconfidentes de Vila Rica procuraram organizar um movimento objetivando unir os patriotas em prol da autodeterminação. Tiradentes e seus companheiros sonhavam com a separação de Portugal, adotando o lema de "Liberdade, aimda que tardia". A metrópole debelou cruelmente a conjuração mineira. Condenou à forca Tiradentes. Mandou expor sua cabeça e partes de seu corpo nos lugares em que propagou a idéia autonomista, sua familia foi julgada imfame até a terceira geração. Em 1798, as idéias patrioticas ressurgiram mais fortes na inconfidência baiana ou Revolução dos Alfaiates. Animados do sentimento de emancipação nacional, Lucas Dantas e seus companheiros esposaram a causa da liberdade, comsiderando-a como o bem supremo da vida, e desejaram a igualdade de seus irmãos brasileiros. Foram, por isso, brutalmente massacrados. Mais tarde, em 1817, levantaram-se os patriotas de Pernambuco contra a tirania portuguesa. A revolução, dirigida por Domingos José Martins, pelos padre Roma e Miguelinho e por outros destacados lutadores, assenhoreou-se do poder na província durante três meses. Os revolucionários defenderam a necessidade da República, das liberdades democráticas e chegaram a condenar a escravidão, prometendo extingui-la posteriormente. A coroa portuguesea mandou enforcar e arcabuzar os principais dirigentes da insurreição pernambucana. Poucos meses antes da proclamação da independência, em 1822, sofreram castigo semelhante doze soldados brasileiros que, em Santos, se haviam colocado à frente de seu batalhão para pleitear igualdade de soldos com os praças portugueses.

Embora a reivindicação fundamental e imediata da jovem nação fosse a da autodeterminação, nela existiam contradições, classes e conflitos de classes. Algumas dessas contradições eram profundas, antagônicas. O progresso do Brasil e a felicidade de seu povo dependiam da solução dessas contradições internas. No curso da formação histórica brasileira sabe-se que tanto os índios como os negros resistiram incessantemente à escravidão. Os primeiros constituíram uniões de tribos para resistir aos colonizadores que se apossavam de suas terras e os queriam escravizar. Os índios que não foram exterminados nem se submeteram, refugiaram-se nas orlas das selvas ou bem para o seu interior. Os demais e seus descendentes, foram comvertidos em escravos ou semi-escravos. Os negros travaram igualmente luta continuada contra os escravistas. Trazidos à força de diversas tribos africanas, falando linguas diferentes, mal chegados à colônia, procuravam entender-se para encontrar meios e formas para fugir ao cativeiro dos senhores brancos. Formaram quilombos céle res, como o de Palmares, ainda no século XVII, e o mantiveram dezenas de anos. Na medida que se desenvolvia o sistema de plantações de produtos de exportação para o exterior, mais importante se tornava a mão-de-obra escrava para os senhores rurais. O contingente de escravos cresceu com a intensificação do tráfico negreiro, comvertendo-se assim no elemento fundamental da economia e na maior força social da colônia. Esta força não podia deixar de ser hostil a qualquer regime escravista. Como classe oprimida, os escravos pensavam retornar à vida co-

munal das tribos em que viviam. Destarte, a grande massa de escravos negros foi infensa à aspiração nacional, não se interessando diretamente pela causa da autonomia. Apenas uma ínfima parte dela, a que se considerava brasileira ou acreditava que com a independência poderia mudar de sorte, aasociou-se à luta emancipadora.

Tais contradições explicam as principais características e debilidades do movimento de emancipação. A maioria das forças dirigentes desse movimento, longe de pretender apoiar-se nos escravos, antes os temiam. Desejava, isto sim, manter o regime pelo tempo mais longo possivel. Esta característica do movimento da independência afetou seriamente a ulterior evolução do país.

Nos primeiros lustros do déculo passado, evidenciava-se que Portugal não poderia sustentar o estatuto colonial. O sentimento nativista e a luta para sacudir o domínio português haviam assumido grandes proporções. Fortalecia-se o movimento autonomista sob a influência das revoluções nacionais da independência que corriam no Continente americano e também pela crise da monarquia portuguesa, revelada sobretudo na Revolução Constitucionalista do Porto, de 1820. Amadurecia o momento da separação.

II

A Coroa portuguesa, a par das violências desmedidas empregadas contra os patriotas, também recorriam a manobras, para conservar a todo custo seu domínio. Já em 1808, com a vinda da Corte para o Brasil, o regente real determinou a abertura dos portos da colônia às "nações amigas". Com este ato, ele procurava amainar o descontentamento contra o monopólio comercial da metrópole e, ao mesmo tempo, reforçar suas relações com a Inglaterra. Mas a "abertura dos portos", como a vida o demonstrou, minava em seus fundamentos a dominação portuguesa. Sentindo inevitável a separação, João VI, ao deixar o Brasil, em 1821, admitia a possibilidade da independência sob a égide da corrompida dinastia dos Bragança. Aconselhava seu filho Pedro a se apoderar do Brasil antes que "algum desses aventureiros" o fizesse.

No "partido brasileiro" - união das forças que defendiam a causa da emancipação - existiam duas tendências principais. A dos que desejavam a independência sem regateios com os colonizadores; e a dos que queriam conseguí-la através da conciliação com os Bragança. Esta corrente prevaleceu nos atos que conduziram à proclamação em 1822.

A declaração da independência não se resumiu em um ato único. Atuando de comum acordo, as forças nacionais conservadoras e o regente D. Pedro, adotaram uma série de medidas preliminares visando à autonomia política. Em janeiro de 1822, essas forças mobilizaram setores do povo para pedir ao regente português que não atendesse a chamado das Cortes de Lisboa. A decisão do príncipe é conhecida como o Dia do Fico. Em junho, avançando no sentido da formação de um poder nacional, foi convocada a Assembléia Constituinte. Posteriormente, a 1 e 6 de agosto, eram lançadas, com a assinatura de D. Pedro, dois manifestos de caráter emancipacionista, dirigidos aos "povos do Brasil" e aos "povos do mundo". A 7 de setembro, afinal, é proclamada formalmente a independência do Brasil. Todos estes atos objetivavam efetivar o processo da proclamação de modo pacífico, neutralizando a corrente mais radical.

O Estado brasileiro surgido a 7 de setembro traz as profundas marcas da conciliação. Era uma monarquia conservadora, dirigida por um príncipe português e baseada num regime latifundiário-escravista. No aparelho estatal permaneceram os mesmos funcionários da velha Corte portuguesa, com a única condição de que optassem pela nacionalidade brasileira. Criou-se uma força armada nacional em substituição às tropas da metrópole. O sistema político foi estabelecido na Constituição de 1824, outorgada por Pedro I, após haver dissolvido arbitrariamente, em 1823, a Constituinte. A Lei Magna mantinha a estrutura econômico-social vigente, negava direito de cidadania à imensa maioria do povo, embora inscrevesse pró-forma certos direitos democráticos. Incluia um capítulo sobre o famigerado "Poder Moderador", que atribuia poderes absolutos ao Imperador. Na prática, os demais poderes ficavam submetidos à vontade do monarca. Nas relações internacionais, o Estado brasileiro orientou-se igualmente no sentido da conciliação com a monarquia portuguesa. O reconhecimento da independência do Brasil por Portugal e pela Inglaterra, em 1825, foi condicionada ao pagamento pelo Brasil de boa parte das dívidas da Coroa portuguesa para com esse país.

Mas o regime instituido e a política conciliadora e reacionária seguida pelas classes dominantes foram rechassadas por vastas camadas sociais e forças populares. Imbuidas de ardor patriótico e democrático, levantaram-se em luta para concretizar seus anseios. Recorrendo a ações armadas, expulsaram da Bahia as tropas portuguesas que, sob o comando do general Madeira, resistiam à independência. Nas províncias do Norte e do Nordeste, espraiou-se novamente a rebeldia, em oposição ao conluio com os portugueses e aos atos reacionários de D. Pedro I. Em Pernanbuco triunfou a Confederação do Equador com ramificações em outras provincias da região. Nela reapareceram mais abertamente os ideais republicanos e democráticos, No entanto, a revolução pernanbucana não se sustentou por muito tempo, sendo desbaratada pela monarquia. Seus principais dirigentes, entre os quais avulta Frei Caneca, foram fuzilados por ordem de Pedro I, Apesar disso, avolumaram-se os protestos contra as regalias de que gozavam os portugueses em detrimento dos filhos da terra. O ódio do povo se concentrava contra o Imperador, que simbolizava os restos ainda ameaçadores do colonialismo português.

A 7 de abril de 1831, refletindo o imenso descontentamento existente no país, explodiu no Rio de Janeiro uma verdadeira insurreição popular, Exigia a expulsão do monarca. Repudiado pelos brasileiros, Pedro I teve de abdicar e abandonar o Brasil.

Desta forma, culminava realmente o processo da proclamação da independência. Com o 7 de abril, as forças da conciliação sofreram um sério golpe, ainda que houvessem conseguido suster-se no Poder. Pedro I não representava os sentimentos nacionais nem as justas aspirações dos brasileiros. Nunca foi o liberal que os escribas oficiais procuram apresentar, mas um reacionário absolutista. Tampouco foi o herói da autonomia política. Se bem que tivesse iniciado a independência e dirigido o Estado brasileiro, o fez com objetivos conciliadores e oportunistas, para impedir a emancipação radical do país. A independência foi conquista do povo brasileiro.

III

A separação de Portugal e a criação de um Estado independente significaram um avanço na evolução nacional. Descortinaram-se novos horizontes para o país. O destino da nação passara às mãos dos brasileiros. Mas a autonomia alcançada fora apenas um passo adiante. A fim de consolidá-la, impunham-se transformações econômicas e sociais de profundidade.

O caminho da afirmação da independência seria o da adoção de medidas de caráter democrático-burguês, ou seja, a superação dos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. Tal o exemplo de países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. A experiência indicava que, ao enveredar por esse caminho, as nações teriam que avançar consequentemente. Do contrário, estagnariam e regridiriam. No Brasil, era preciso antes e acima de tudo, liquidar com a escravidão e facilitar o acesso à terra das massas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, desenvolver a indústria e os meios de comunicação. E também instituir um regime de amplas liberdades para o povo, a fim de multiplicar suas iniciativas e possibilitar a união das forças interessadas no progresso nacional.

Entretanto, as classes dirigentes brasileiras - os senhores rurais, os escravistas e os grandes negociantes - tomaram outro rumo. Conservaram e fortaleceram o sistema escravista. No período de 1822 a 1850, quando foi extinto o tráfico negreiro, entraram no Brasil cerca de 1 milhão de escravos. E a escravatura perdurou até 1888. A economia, essencialmente agrícola, continuou voltada para a exportação. O café passou a ser o produto predominante, enriquecendo os fazendeiros e os traficantes de escravos. Para suprir as crescentes necessidades do Estado, os governantes recorreram aos empréstimos externos, que acarretavam pesados ônus aos interêsses do país. Em 1889, a soma dos empréstimos tomados à Inglaterra, elevava-se a 70 milhões de libras esterlinas. No plano político, sustentaram a monarquia absolutista, que se constituia numa forma retrógada de governo. Eram negadas quaisquer liberdades à imensa maioria do povo, Foi restabelecida em 1835, a pena de morte para os escravos que se insurgissem ou cometessem ofensas físicas contra os senhores.

Ao orientar-se por tal linha de conduta, as classes dominantes não tinham em conta os interêsses gerais da nação, mas os seus próprios interêsses egoistas. Obsedados por esta preocupação, não podiam acelerar o progresso econômico nem salvaguardar a independência nacional. Mesmo quando, mais tarde, surgiram portos, ferrovias, estaleiros, as primeiras indústrias e outras iniciativas, isto ficou em boa parte subordinado às conve-

niência do regime, da estrutura latifundiário-escravista, da monocultura exportadora.

Persistindo nessa orientação, o país não podia desenvolver-se nem assegurar sua soberania. Homens de certa visão das classes dominantes perceberam o erro desse caminho. Sentiram a necessidade de o Brasil enveredar pela senda progressista. José Bonifácio declarava: "Sem a abolição do tráfico e a emancipação sucessiva dos escravos, nunca o Brasil firmará sua independência nacional". E a propósito dos empréstimos externos, defendia as idéias de seu irmão Martin Francisco, Ministro da Fazenda em 1824, que assim se expressava: "Os povos quando querem ser livres têm muitos recursos em si próprios; o Brasil resistiu a Portugal e prosperou sem empréstimos e jaz hoje no estado o mais calamitoso com eles". Pontos de vista tão corretos, no essencial, infeslimente ficaram no papel. José Bonifácio acomodou-se com a monarquia e pactuou com a política dos senhores rurais e escravistas. Não por acaso é exaltado, pela reação, como o Patriarca da independência.

Grande parte da nação e os elementos mais avançados da época opuseram-se a essa política reacionária, defendendo as idéias republicanas e democráticas, a necessidade de modificações na estrutura atrasada do país. Províncias inteiras foram abaladas pelas lutas populares e revolucionárias. Embora estas lutas se revestissem de características regionalistas e formulassem reivindicações pouco precisas, no fundo se dirigiam contra a centralização excessiva do poder monárquico, a favor do progresso e da autonomia regional e pelas liberdades do povo. A Cabanagem, no Pará; a Farroupilha, no Rio Grande do Sul; a Balaiada, no Maranhão e Piauí; a Sabinada, na Bahia; a Praieira, em Pernanbuco; bem como outros movimentos de menor vulto tiveram enorme significação na resistência ao poder centralista e retrógrado do império. Prolongaram-se por mais de 15 anos - de 1833 a 1849. A Revolução Farroupilha durou 10 anos. Simultaneamente adquiriram envergadura as lutas dos negros contra a escravidão. Em várias privínvias, sobretudo na Bahia, ocorreram importantes insurreições de escravos. Estes participavam mais ativamente no processo revolucionário e democrático, o que indica a ampliação da base social e política da luta pelas transformações progressistas na sociedade brasileira. As forças monarquistas e conservadoras sufocaram as revoluções populares, acusando-as de separatistas. Caxias foi o carrasco-mór da monarquia contra os escravos e o povo. "Prefiro cometer uma injustiça a permitir uma desordem", dizia esse verdugo dos patriotas. Considerava "desordem" toda luta do povo por seus direitos. A derrota desses movimentos teve como causa principal o fato de que foram dispersos, não puderam unir-se nacionalmente.

Extraordinária importância na luta contra o escravismo e pela liberdade, teve também a campanha abolicionista que, além dos escravos, mobilizou intelectuais, estudantes, líderes políticos e considerável massa popular. Figuras como as de Castro Alves, André Rebouças, Tavares Bastos, Luiz Gama, Joaquim Nabuco e outras, destacaram-se na pregação do abolicionismo, da reforma agrária, da liberdade. A emancipação dos escravos era reclamada como solução premente para impulsionar o progresso econômico e alcançar a democracia. Juntamente com a campanha da abolição estendeu-se a luta pela República, na qual se salientaram as personalidades de Silva Jardim, Lopes Trovão, entre outras. O Império se assentava sob a base latofundiário-escravista. Remover esta base significava solapar a monarquia e criar condições para o estabelecimento do regime republicano.

Todas essas lutas desempenharam um papel histórico. Contribuiram para a extinção da escravatura, a queda do Império e a proclamação da República. Trouxeram novos elementos de progresso e de cultura, sobretudo nas cidades. Mas não foram suficientemente poderosos para eliminar as barreiras antepostas ao desenvolvimento do país e para garantir sua independência. Embora tivessem sido libertos os escravos, permaneceu intacto o sistema do latifúndio. Na proclamação da República coube ao Exército a iniciativa. Os monarquistas Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto se colocaram à frente das tropas para derrubar o Império, alijando os elementos republicanos radicais e resguardando os interêsses dos barões do café. Desde então, as Forças Armadas vêm intervindo arbitrariamente na vida política brasileira. Transformaram-se, de fato, no "Poder Moderador" instituido por Pedro I. Com a República continuaram preponderando as forças conservadoras e antipopulares. A Constituição de 1891 fez prevalecer o regime econômico-social da grande propriedade territorial, reforçou as oligarquias estaduais e privou de direitos a maioria do povo. Os governantes republicanos continuaram a reprimir violentamente as lutas dos camponêses, operários, soldados e marinheiros por seus direitos. Abriram ainda mais as portas do país ao capital estrangeiro e prosseguiram na tomada de empréstimos externos.

Em consequência, o Brasil, setenta anos após a conquista da autonomia política, não havia realizado as transformações indispensáveis à consolidação de sua independência nacional.

IV

No limiar do século XX, o capitalismo chegara à sua etapa superior, o imperialismo. Um punhado de grandes potências, na disputa pelo controle das fontes de matérias primas e por esferas de influência tinham dividido o mundo entre si. Não apenas submetendo países atrasados, transformando-os em colônias, como também sujeitaram países formalmente independentes, através de uma rede de compromissos econômicos, militares e diplomáticos.

Patriotas como Eduardo Prado, Serzedelo Correia e Alberto Torres advertiram do perigo da subordinação ao imperialismo. Mas as classes dominantes não modificaram a sua política. As riquezas do país, passaram, em proporções crescentes, às mãos dos monopólios estrangeiros. As estradas de ferro, os portos, a distribuição e produção de energia elétrica bem como vários serviços públicos tornaram-se propriedade dos trustes internacionais em particular inglêses. O imperialismo, por sua própria natureza, tudo fazia para impedir a criação das indústrias de base e a capitalização de recursos internos, condições para o fortalecimento da economia e da independência do país. Provocava distorção e acentuava as desigualdades econômicas e regionais. Explorava desenfreadamente a classe operária e as massas trabalhadoras. Obtendo lucros anuais duas a três vezes superiores ao capital investido, realizava verdadeiro saque do produto do trabalho dos brasileiros. Cobrava juros extorsivos pelos seus empréstimos para os quais exigia garantias absurdas. Com o objetivo de assegurar seus interêsses, exercia cada vez maior influência na política dos governantes e se imiscuia na vida interna do país. A penetração do imperialismo concorria para a manutenção das forças reacionárias internas. Estas forças, de seu lado, procuravam apoiar-se no imperialismo. Favoreciam sua atividade rapace. Conjugavam-se, assim, os interêsses da reação interna com os do imperialismo. Ambos se sustentavam mutuamente.

Após a II Guerra Mundial, o imperialismo norteamericano, pretendendo à hegemonia mundial, transformou-se no maior inimigo dos povos. Sob a máscara da ajuda e da colaboração, levou à prática o neocolonialismo. No Brasil, os monopolistas dos Estados Unidos intensificaram sua penetração. Açambarcaram os principais ramos da economia. Instalaram filiais de seus trustes visando explorar a matéria prima e a mão-de-obra barata do país e a arrancar o máximo de lucros dos seus investimentos. Apoderaram-se das reservar minerais e de outros recursos, assim como de grandes extensões de terras. Utilisaram a concessão de empréstimos como meio para obter novas e maiores vantagens sobre o comércio e a economia. Quanto mais crescia a dívida externa mais submetido ficava o país aos interêsses ianques. Numeroso contingente de militares, funcionários e espiões norteamericanos, acobertados por diferentes siglas, infiltrou-se na vida nacional, inclusive no aparelho estatal.

O Brasil, pouco a pouco, perdeu sua independência. É atualmente uma nação dependente dos Estados Unidos.

O sistema latifundiário, por sua vez, tornava-se mais absoleto e prejudicial ao desenvolvimento das forças produtivas. Em virtude da expansão demográfica, aumentava a desigualdade da distribuição da propriedade territorial. Grandes massas camponêsas, sem meios de subsistência, viam-se marginalisadas. O êxodo rural avolumou-se, engrossando o número dos sem-trabalho nas cidades. O monopólio da terra apareceu mais claramente como um dos grandes flagelos do país.

O domínio do imperialismo e o sistema do latifúndio se constituiram nos principais entraves ao progresso nacional, nos mais fortes pilares do atraso e da reação política. Na medida em que o imperialismo invadia todas as esferas da vida brasileira e mais molesto se mostrava o freio das relações semifeudais, acirravam-se as contradições da sociedade. Para superar essas contradições, tornou-se imperativo a realização da revolução agrária e antiimperialista, nacional e democrática.

Ao desenvolver-se o capitalismo, a burguesia brasileira se divide. Uma parte se alia ao imperialismo e outra, a burguesia nacional, se opõe em certa medida a ele. Também o proletariado amplia suas forças e, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, aparece na arena política com suas próprias bandeiras. O surgimento do partido de vanguarda do proletariado, marxista-leninista, é um acontecimento destinado a mudar a fi-

sionomia política do país. Permite assegurar uma direção consequente às lutas revolucionárias do povo. Depois da vitória da Revolução Socialista de Outubro, de 1917, que desferiu um golpe mortal no sistema imperialista, a revolução dos povos oprimidos adquiriu novo sentido. Passou a ser parte integrande da revolução proletária mundial. E só pode ser conduzida vitoriosamente pela classe operária, sob a direção de sua vanguarda marxista-leninista.

A partir da década de 20, as lutas do povo brasileiro atingem maior envergadura e se encaminham mais claramente contra os verdadeiros inimigos da nação - o imperialismo e o latifúndio. Duas forças disputam a direção do movimento nacional e democrático: a burguesia e o proletariado. Em 1930, o movimento armado vitorioso desalojou do Poder importantes agrupamentos das forças reacionárias e adotou medidas de caráter democrático-burguês. Mas, dirigido pela burguesia, em aliança com setores de latifundiários, foi inconsequante, não tocou no monopólio da terra nem barrou a penetração do imperialismo. Em 1935, já sob a direção do proletariado, o povo levantou com entusiasmo a bandeira da revolução agrária e antiimperialista, levando a efeito a insurreição de novembro. Apesar de derrotada, esta iniciativa histórica das forças populares abriu novas perspectivas para o movimento revolucionário brasileiro. Sucederam-se grandes campanhas de cunho antiimperialista e antifascista, tais como as da siderurgia, a da participação na guerra contra o nazi-fascismo, a da expulsão dos soldados norteamericanos das bases do Nordeste, a de defesa do petróleo e contra a entrega da Amazônia aos trustes estrangeiros. Organizaram-se vigorosas lutas de massas em prol da reforma agrária e em defesa dos direitos democráticos. Nos primeiros anos de 60, teve lugar um poderoso ascenso do movimento democrático e antiimperialista. Nesse processo de lutas, elevou-se a consciencia nacional e o povo brasileiro compreendeu ainda melhor que o imperialismo norteamericano é o inimigo mortal da nação.

Em abril de 1964, as forças reacionárias internas, sob a orientação do imperialismo ianque, infligiram um duro revés ao movimento popular e antiimperialista. A burguesia nacional, que se encontrava no governo e dirigia as ações das massas, vacilou e capitulou sem resistência diante do golpe militar contra-revolucionário. Não obstante, o povo brasileiro obteve maior experiência, ficou ainda mais convencido da necessidade da revolução para varrer os obstáculos que entravam o progresso do país.

V

Na passagem do sesquicentenário de sua emancipação política, o Brasil encontra-se em situação extremamente grave. Suas conquistas estão mais do que nunca ameaçadas pelo neocolonialismo. As vicissitudes de seu povo jamais foram tão grandes. Tornou-se inadiável a revolução nacional e democrática.

Sob o governo dos generais fascistas foram anulados os mais elementares direitos dos cidadãos. Reina um regime policial e terrorista. A repressão visa especialmente à eliminação dos melhores filhos do povo. Todos os patriotas são ferozmente perseguidos. Cresce de forma assustadora a miséria da classe operária e das massas populares, em contraste com o enriquecimento sempre maior da ínfima minoria dos privilegiados. Os índices de sanidade e de cultura são cada vez mais baixos, equiparáveis aos dos paises mais atrasados do mundo. Mais difícil se torna o acesso à terra por parte dos despossuidos, A Amazônia está sendo retalhada e entregue a poderosos grupos capitalistas internacionais. Aguçam-se as contradições sociais. Torna-se premente livrar o país da espoliação imperialista norteamericana e dos seus sustentáculos internos.

Em comparação com a época da proclamação da independência, hoje são imensas as forças sociais interessadas na revolução. O Brasil possui 100 milhões de habitantes. Conta com uma classe operária relativamente numerosa e uma imensa massa de camponêses e trabalhadores rurais. E extensa a camada pequeno-burguesa das cidades, onde cresce também a intelectualidade. Uma parte da burguesia, sente-se prejudicada pela presença do imperialismo. São, por conseguinte, mais amplas e potentes as forças que se colocam objetivamente a favor das transformações nacionais e democráticas. Enquanto isso, as classes dominantes - os latifundiários e a grande burguesia ligada aos imperialistas norteamericanos - desvincularam-se da nação, se tornaram traidoras, puseram-se a serviço dos opressores estrangeiros.

Nos últimos dez anos, o proletariado e seu partido deram um salto qualitativo em seu fortalecimento e mostraram-se aptos para dirigir a revolução. No mundo inteiro, a

tendência predominante é favorável à causa emancipadora, democrática e socialista. O imperialismo norteamericano e o social-imperialismo soviético, conluiados, não poderão conter a maré montante da revolução que tem na República Popular da China e na República Popular da Albânia seus mais poderosos baluartes.

Transcorreram 180 anos desde o sacrifício de Tiradentes. Nesse longo período, não cessaram as lutas entre as forças da revolução e do progresso e as da reação e do atraso. Milhões de brasileiros, destemidos patriotas, em diferentes fases ocuparam seu posto de honra no combate pela independência, a liberdade e o progresso social. Sonharam com uma pátria livre, digna de todos os seus filhos. Inúmeros deles deram suas vidas pela grande causa. São incintáveis os que passaram pelas masmorras e cárceres da reação sofrendo toda sorte de violências físicas e morais. As páginas mais gloriosas da história brasileira foram escritam com o sangue desses heróis e mártires. As forças obscurantistas e retrógadas tudo fizeram e fazem para frustar os anseios do povo e impedir o desenvolvimento independente da nação. Levantaram forcas, esquartejaram, fuzilaram, massacraram os verdadeiros patriotas. Espalharam pelourinhos, cárceres, calabouços e masmorras pelo país inteiro para castigar os combatentes populares. Em defesa de seus mesquinhos interêsses de classe, aliaram-se aos piores inimigos da pátria. Foram incapazes de salvanguardar a soberania nacional e de elevar o Brasil a seu justo destino. A expressão mais cabal de sua política antinacional, de seu ódio à liberdade é a atual ditadura militar que oprome e avulta a nação.

Mas o povo brasileiro está no pórtico da vitória. Suas forças se multiplicam, suas idéias se tornam mais claras, seus objetivos ficam mais nítidos. Ao enfrentar as dificuldades e a verocidade dos algozes, põe à prova seus predicados de coragem, inteligência e determinação. Sente cada vez mais a necessidade da união para tornar vitoriosa a sua luta revolucionária. Brilhantes são as perspectivas que têm diante de si.

As comemorações do sesquicentenário da independência não podem, por isso, ter o mesmo sentido para o povo e para as forças da reação. Estas, representadas pelos generais fascistas, celebram a data assassinando e torturando patriotas, pisoteando a liberdade, esfomeando os trabalhadores, conspurcando a cultura, abrindo as portas do país à espoliação imperialista. Exaltam o nome de Pedro I, que mandou matar patriotas e procurou evitar, através da conciliação com Portugal, a total emancipação política. Aparecem de braços dados com os velhos colonialistas portugueses que, hoje, tentam, a ferro e fogo, esmagar o movimento de emancipação dos povos da Guiné, de Angola e de Moçambique. Propõe-se ao papel de gendarme do imperialismo norteamericano contra os povos da América Latina, a exemplo do que fizeram quando ajudaram a reprimir as lutas do povo dominicano.

As forças patrióticas e populares comemoram o aniversário da independência política erguendo bem alto a bandeira da luta revolucionária pela liberdade e pela emancipação nacional, combatendo sem trégua a ditadura fascista, reivindicando a solução radical do problema agrário, defendendo a cultura nacional e o bem-estar do povo. Reverenciam a menmória de herois e mártires da luta pela independência, a abolição e a república: Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes -, Lucas Dantas, Domingos José Martins, Sóror Joana Angélica, Frei Caneca, Eduardo Angelim, Pedro Ivo, Castro Alves, Silva Jardim. Homenageiam patriotas que tombaram na luta contra o imperialismo e a reação: Lourenço Bezerra, Antonio Pinto, Zélia Magalhães, Angelina Gonçalves, Jaime Callado, Deoclécio Santana, Pedro Godoi, Júlio Cajazeiras, Lafaiete Fonseca, William Dias Gomes. Enaltecem democratas, assasinados pela atual ditadura fascista: Raimundo Soares, Edson Luis, Carlos Marighella, Mario Alves, Câmara Ferreira, Carlos Lamarca, Jorge Leal, Joaquim Seixas. Fiéis à luta e aos sacrifícios de seus antepassados gloriosos, as forças populares também celebram a data empunhando as armas na selva amazônica e iniciando a resistência armada à ditadura militar.

No sesquicentenário da independência, o povo brasileiro está mais decidido do que nunca a cumprir a sagrada e urgente tarefa de liquidar o regime dos generais fascistas e conquistar a verdadeira independência nacional.